

Destaque Rural Nº 217

20 de Março de 2023



ACTUALIZAÇÃO ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE. DESENHANDO O FUTURO. UM DOCUMENTO POLÍTICA E TECNICAMENTE “LIGEIRINHO”¹!

João Mosca²

RESUMO:

O presente Destaque Rural (DR), analisa o documento do Banco Mundial com o título *Actualização económica de Moçambique. Desenhando o futuro*, apresentado a público no dia 10 de Março último, em Maputo.

O autor deste DR analisou a metodologia utilizada e as conclusões obtidas, considerando os métodos e os instrumentos técnicos utilizados e a contextualização na realidade moçambicana e concluiu que o documento do Banco Mundial é metodologicamente inconsistente, as conclusões são pouco ou “inquinadamente” fundamentadas e descontextualizadas da realidade política, económica e social; os autores não consideram que as configurações sociais e das estruturas económicas são processos de longa duração e não são alteráveis administrativamente ou por políticas “ad hoc”.

Por outro lado, o texto do BM é coerente na tentativa de impor políticas económicas que aprofundam o subdesenvolvimento dos países pobres, integrando-os de forma dependente no sistema mundial de domínio de interesses de países e das multinacionais no quadro geoestratégico político, militar e económico. Em resumo, é um documento política e tecnicamente “ligeirinho”, que só pode ser engavetado.

¹ A expressão “ligeirinho” significa, neste caso, que o BM utilizou métodos e procedimentos metodologicamente inconsistentes, com fundamentação inquinada e descontextualizada da realidade política e económica. Em linguagem corrente, a expressão pode ser sinónimo de “despachado”, “apressado”.

² Pesquisador do OMR.

1. INTRODUÇÃO

O Banco Mundial (BM) apresentou em Maputo, no dia 10 de Março último, o texto/documento *Actualização económica de Moçambique. Desempenho futuro*³.

Este texto analisa a posição do BM sobre o crescimento económico de Moçambique e acentua a necessidade de mudar o modelo de crescimento actual. O BM advoga a transformação estrutural da economia e um novo modelo de crescimento, priorizando os sectores de serviços, em particular dos transportes e das tecnologias de informação e comunicação (TIC), fundamentado como sendo as maiores criadoras percentuais de emprego e com “ligações substanciais a montante e a jusante na economia” (BM: 2023: 39).

Este Destaque Rural possui, além da Introdução, mais duas secções. A segunda secção apresenta alguns elementos metodológicos utilizados pelo BM e comenta as propostas. A terceira secção faz um enquadramento geral em termos de economia política. Na quarta e última secção, fazem-se recomendações para futuros documentos de análise e propostas para Moçambique.

2. PRINCIPAIS ELEMENTOS METODOLÓGICOS E COMENTÁRIO ÀS PRINCIPAIS PROPOSTAS

O documento do BM não apresenta fundamentação consistente para demonstrar que os serviços podem constituir o motor da economia e da criação de emprego. Não apresenta os efeitos multiplicadores dos serviços sobre o crescimento, nem acerca dos multiplicadores intersectoriais sobre a demanda, variáveis do comércio externo e da demanda interna e nos custos relacionados com os valores acrescentados⁴. Sem estes estudos ou outros que possuam metodologias de determinantes do crescimento, não é possível afirmar o que o BM refere de forma categórica.

O Banco Mundial refere os serviços como o motor para uma transformação estrutural, sem considerar que estas mudanças são de longa duração, estão dependentes de geoestratégias do capital internacional, de forças políticas que aliam elites políticas e económicas, externas e locais⁵. A transformação estrutural nestes contextos, subalterniza

³ Banco de Moçambique (2023). *Actualização económica de Moçambique. Desempenho futuro*. Grupo Banco Mundial.

⁴ Concretamente, estes dados para o conjunto da economia resultariam de uma análise, por exemplo, através da técnica das tabelas input-output, também conhecida pelas tabelas de Leontief.

⁵ A actual estrutura económica de Moçambique foi sendo configurada ao longo de séculos com a influência árabe na costa, o eixo do índico (Moçambique e Índia), o caminho da seda chinesa, a colonização em alguns pontos da costa e no vale do Zambeze, e depois, as diferentes estratégias e políticas económicas coloniais. Por exemplo O Caminho da Seda estendia-se desde a cidade de Xi'an, na China, até Constantinopla, a actual Istambul, na Turquia, por mais de 7.000 km: em outras palavras, a rota comercial mais longa do mundo antigo. Presentemente, a “Nova Roda da Seda”, denominada como Belt and Road Initiative (BRI), consiste na estratégia chinesa que engloba 65 países China englobando 65 países, que totalizam sensivelmente 60% da

as economias subdesenvolvidas no quadro de uma divisão internacional do trabalho assente na competitividade e domínio/controlado tecnológico configuradas pelas multinacionais, com suporte financeiro das grandes potências e das instituições de Bretton Woods, de que o BM faz parte com o seu irmão gémeo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições financeiras regionais e nacionais. Priorizar os serviços é condenar uma economia à condição de subdesenvolvida, com termos de troca desfavoráveis no mercado internacional e transformar estas economias em produtoras de recursos naturais e de *commodities*, sem industrialização, um sector de serviços afunilado e servidor dos sectores exportadores, aprofundando as desigualdades sociais, a dependência alimentar e com baixos resultados na redução da pobreza.

O documento do BM manifesta um total alheamento da realidade moçambicana, não considerando com profundidade a pobreza e suas desigualdades sociais e espaciais, os seus determinantes e as correspondentes políticas de redução. A insegurança alimentar não é objecto do documento em apreço. A mitigação local dos efeitos dos choques climáticos presentes e futuros, considerando ser Moçambique um dos países mais vulnerável do mundo, não é tema do texto e podem alterar profundamente, nas próximas décadas a estrutura agrária e do conjunto da economia, sem que os serviços desempenhem um papel relevante nessas mudanças⁶. A dimensão/abrangência espacial dos transportes, limita-se, no essencial, às zonas urbanas e corredores (Limpopo, Beira e Nacala); não existe transporte fluvial e os transportes interprovinciais de mercadorias estão principalmente relacionados com os grandes projectos (recursos naturais e *commodities* agrícolas para exportação) ou com o transporte do *hinterland*. Os portos e caminhos-de-ferro, manuseiam mercadorias de baixo valor por tonelada ou com outra medida de quantificação da carga, pois não possuem competitividade com os portos sul-africanos. Os transportes aéreos constituem um mercado de pequena escala e estão em permanente crise⁷. Ao propor as TICs como um serviço influente na estruturação e configuração da economia e como dinamizador do crescimento, é desconhecer qual a população que utilizam as TICs, para quem as utilizam, onde vivem e a que estratos sociais pertencem esses utilizadores.

população e 30% do PIB mundial e ligou as regiões do mundo antigo por meio do comércio entre 130 a.C. e 1453 d.C. <https://www.worldhistory.org/>. Veja o livro de Gavin Menzies (2006). *1421 - O Ano em que a China Descobriu o Mundo*. Bertrand Brasil. Veja também para o caso de Moçambique, Leite, Joana Pereira (2000): *A Formação da Economia Colonial em Moçambique. Pacto Colonial e Industrialização: Do Colonialismo Português às Redes Informais de Submissão Mercantil, 1930-74*. Em Estudos de Desenvolvimento. África em Transição. UTL, ISEG, CEsa. Trinova, pp. 39-51, Mosca, João (2005). A economia de Moçambique, século XX. Editora Piaget. Lisboa e Nova, Yara e Mosa, João (2022). *Transformação estrutural da economia (1991-2020): Três décadas a marcar o passo*. Destaque Rural Nº 154. OMR.

⁶ Abbas, Máriam (2022). *Efeitos das mudanças climáticas nos sistemas de produção em Moçambique: Implicações para a segurança alimentar*. Observador Rural Nº 123. OMR.

⁷ Várias companhias de aviação tentaram entrar no mercado moçambicano, mas sem êxito. A dimensão do mercado, a assistência técnica, os serviços de terra, o proteccionismo à companhia nacional (LAM), entre outros, firam desistir a presença dessas companhias no mercado nacional.

O documento do BM não analisa com profundidade o sector agrícola no seu conjunto e especificidades, as relações com a economia, com o comércio externo, o tipo de investimento dentro do sector, as razões da baixa produtividade, sobretudo nas culturas alimentares produzidas em mais de 97% pelos pequenos produtores.

O desenvolvimento territorial como elemento essencial de articulação e coesão económica e social e de unidade nacional na construção de um Estado de várias nações.

O Banco Mundial, ao contrário do seu irmão gémeo, o FMI, observa que a política monetária tem dificultado o crescimento.

Exceptuando-se casos raros na Europa Central (por exemplo Suíça, Mónaco, Luxemburgo), os técnicos autores do documento em apreço, conhecem alguma economia que se tenha desenvolvido com base na acumulação e na criação de emprego dos serviços.

Ao não se considerar a pobreza, a insegurança alimentar, o ambiente/clima a longo prazo, a estruturação do território com base num planeamento que articule e dê coesão ao território, a agricultura como principal empregador, a baixa produtividade e a transformação do campesinato, o texto do BM é muito parcial e descontextualizado das realidades do país.

3. ALGUMAS PROPOSTAS DO BANCO MUNDIAL

As propostas/sugestões/"imposições" do BM neste texto, não podem ser consideradas como reflexões para a tomadas de opções de política económica de longo prazo ou como orientadoras de medidas de curto prazo. Além do brevemente referido na secção anterior acerca do modelo baseado em serviços, apresentam-se alguns elementos que fundamentam este posicionamento:

- O crescimento com base nos serviços e em especial dos transportes e TICs não pode ser concluído pela criação de emprego e taxas de crescimento a curto prazo. Mesmo que exista um efeito proporcional superior a outros sectores, em termos absolutos, essa afirmação não fundamentada e por isso tem de ser inconclusiva e pode ser incorrecta.
- O documento do BM sugere medidas de política monetária contrárias às actuais e, eventualmente, para alguns autores e organizações internacionais, contraditórias com o objectivo primeiro que é o controle da taxa de inflação.
- O BM, neste documento, propõe a flexibilização dos fluxos de técnicos estrangeiros, referindo, "as restrições e barreiras administrativas no recrutamento de mão-de-obra estrangeira colocam desafios significativos à expansão do sector das TIC e ao desenvolvimento do empreendedorismo digital" (pág. 34). Será que o BM considerou o princípio da reciprocidade diplomática? A flexibilização da permanência de técnicos estrangeiros é apenas para as TIC? É este o sector mais carente de técnicos especializados e de falta de empreendedorismo? Por outro

lado, mesmo que existam medidas restritivas, existem situações de excepção acordadas ou não, em relação a determinados investimentos (sobretudo os grandes projectos) e em relação a técnicos de alguns países. Os autores do texto estudaram estes aspectos? O título deste tema na Caixa 5, (pág. 34), no documento em análise é sugestivo e lacónico: “Proteger o mercado de trabalho nacional e adquirir conhecimentos especializados: Abordagens e alternativas”.

- Em relação à terra, o texto refere: “Melhorar o regime existente de utilização da terra alargando a flexibilidade no uso do solo urbano às zonas rurais, bem como os períodos de arrendamento, de modo a facilitar as operações comerciais, particularmente às empresas estrangeiras”, (pág. 27). Os autores do texto sabem o que estão dizendo em contexto moçambicano e porquê “particularmente às empresas estrangeiras”? Conhecem algum caso em que as empresas estrangeiras são positivamente discriminadas?
- Relativamente ao crédito às empresas, o BM afirma: “criação de um mecanismo universal de partilha de riscos financiado pelo Estado, que dê garantias parciais de crédito a empresas que, de outra forma, não o consigam assegurar por não terem activos que os bancos exigem como garantia, pode reduzir significativamente as restrições de crédito. Um tal mecanismo dá também os bancos uma oportunidade de reverem a sua percepção do risco das PME à medida que adquirem experiência neste segmento. A expansão do acesso ao crédito por parte das empresas irá, entre outros factores, exigir a redução do recurso governamental ao mercado interno da dívida” (pág. 36). Esta sugestão o implica intervenção do Estado, protegendo os riscos do sistema bancário com elevados lucros e, de algum modo, subsidiar as empresas, não é contra os princípios filosóficos do BM e do FMI que tanto defendeu e defende em que o Estado não deve intervir nos mercados, distorcendo-os? Se a poupança interna é baixa, significa que o crédito seria externo aumentando a subordinação do capital nacional, mais dívida pública externa. O passado e presente das políticas do BM e do FMI são coerentes neste aspecto e implicam o reforço da dependência e subdesenvolvimento com integração subordinada da economia moçambicana na economia mundial.
- “Facilitar a inovação e a transferência de tecnologia”, mas nada refere sobre investigação a adopção de novas técnicas as áreas a pesquisar, o investimento necessário, etc. E sugere como objectivo nesta área, “Melhorar a qualidade das competências e práticas de gestão no sector dos serviços” (pág. 36).

4. RESUMO

O texto do Banco de Moçambique é muito sectorializado, desenvolve uma argumentação inquinada para fundamentar o objectivo proposto, é metodologicamente inconsistente pois fundamenta a argumentação com base em valores percentuais, assim como pela não sustentação dos efeitos multiplicadores dos serviços (em valores absolutos), e, em particular, dos transportes e das TIC.

As questões fundamentais da economia e da sociedade e do desenvolvimento em Moçambique não são referidas, como a pobreza, a segurança alimentar, as desigualdades, os efeitos dos choques ambientais, os pequenos produtores agrários, a baixa poupança e debilidade do empresariado nacional, a produtividade e competitividade da economia, as relações de dependência externa, entre outros factores.

Os autores escrevem sobre transformação do modelo económico sem estudar a história e configuração da actual estrutura e das características seculares que dão continuidades estruturais de longa duração; neste contexto não abordam as questões institucionais e das alianças políticas e económicas, internas e externas, que implicariam uma mudança de modelo; será que pretendem uma suposta preservação de um suposto tecnicismo económico e camuflagem acerca da política de desenvolvimento e seus efeitos a longo prazo?

A metodologia sofre de erros técnicos, nomeadamente:

- Evidenciam as variações percentuais de forma isolada o que cria se a ilusão da importância de um sector X em detrimento do Y.
- Fazem menção, mas por algum motivo não dão importância ao facto do total de 70% dos postos de trabalho actualmente serem do sector da agricultura, mesmo considerando que essa percentagem esteja em declínio. Analisando o crescimento absoluto, pode-se concluir que o número de postos de trabalho criados no sector da agricultura, no mesmo período, é muito superior ao criado nos sectores de serviços e indústria. Não será preferível a estratégia de aumentar a produtividade agrícola e a criação de postos de trabalho dentro e fora do sector agrário e no meio rural de forma a abranger a população mais pobre e aquela que mais padece de oportunidades de emprego e de emprego?

Sugere-se ao BM que os estudos económicos sobre Moçambique tenham participação de técnicos multidisciplinares, com participação de moçambicanos e consulta às instituições moçambicanas e à sociedade civil. Este método de trabalho poderia evitar a publicação de textos política e tecnicamente "ligeirinhos".